

Francisco Ribeiro da Silva *

Pensar a Universidade

(Algumas notas a propósito do Reitorado
de Oliveira Ramos – 1982-1985)

R E S U M O

Este breve estudo pretende ser uma introdução aos discursos proferidos pelo Reitor da Universidade do Porto durante o triénio 1982-1985 que contém reflexão importante sobre o ser e o acontecer da Universidade em geral e sobre a Universidade do Porto em especial. Verifica-se que grande parte dos problemas e tensões com que hoje se debate a Universidade estavam no terreno já nos inícios da década de oitenta. São eles a autonomia da Universidade, a sua internacionalização, a interacção da Universidade com a comunidade e o meio empresarial, a sua obrigação de excelência na pesquisa científica e na transmissão do saber, a preocupação pelo bem-estar e sucesso escolar dos estudantes, a acção social escolar, a insuficiência e precariedade de algumas instalações, o estatuto dos docentes e não docentes.

1 – A Universidade, por força da juventude que a povoa e anima, é um campo de discussão sempre em aberto. Embora encerrada fisicamente em espaços delimitados e em edifícios próprios, ela não pode deixar de estar acessível e atenta ao exterior. E em tempos de profundas mudanças e de roturas, de incertezas e de revisão dos valores, como é o nosso, espera-se que do seu seio brotem sementes de renovação e de inconformismo capazes de apontarem com clareza os caminhos do futuro. Tal parece ser a sua vocação fundacional. Mas essa vocação não pode ser cumprida se ela não for capaz de quotidianamente reflectir sobre si mesma e sobre a realidade que a rodeia, sobre o que faz e o que devia fazer e sobre os modos como o faz. Isto é, a Universidade não conseguirá ser o motor de arranque e a locomotiva para vencer marasmos e conservadorismos inertes se não for capaz de se autoanalisar em cada momento e de sopesar os meios de que dispõe para fazer face às tarefas que se lhe pedem em cada conjuntura.

Mas a Universidade, mais que os espaços, são os alunos, são os funcionários, são os seus docentes. E são os seus gestores, docentes ou não. Cada um destes corpos e todos em conjunto vão construindo e agilizando a Universidade. Da acção conjugada (ou não) de todos se faz o ser e a memória da instituição.

Ora um dos aspectos interessantes da história da Universidade flui dos textos que vão sendo produzidos pelos diversos órgãos de gestão, pelos relatórios, pelos discursos dos responsáveis em circunstâncias peculiares e favoráveis para definição de princípios orientadores e proposição de estratégias.

2 – Para que não se perca a memória do pensamento, dos objectivos, das ideias-força que «enformaram» a acção governativa do único Reitor da Universidade do Porto que, no

* Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de História. Professor Catedrático.

decorrer do século XX saiu da Faculdade de Letras e mais especificamente do nosso Curso de História, o Prof. Luís de Oliveira Ramos, respigamos aqui algumas notas que servirão de introdução aos discursos proferidos nas sessões de abertura dos sucessivos anos lectivos do seu Reitorado. Mas ninguém se julgue dispensado de ler os discursos, publicados em anexo.

A primeira observação é que estes textos são datados, dizendo respeito ao início da década de oitenta em que a Universidade passava de um regime de tipo napoleónico, no qual o Reitor era nomeado pelo Governo, para um regime transitório em que o Reitor continuava a ser designado pelo Governo mas saía de entre os três mais votados numa consulta à comunidade universitária. Como mandava o senso comum e a tradição, neste caso o Governo indicou o candidato que angariou maioria de votos o qual, por sua vez, propôs como vice-reitores os outros dois candidatos.

3 – No discurso de tomada de posse pôde ouvir-se uma observação de sabor conjuntural mas que é bom recordar: em 1982 eram ainda visíveis as sequelas da turbulência que varreu a Universidade portuguesa e portuense na sequência da revolução de Abril de 1974. Era necessário então proceder à «descripação» do ambiente universitário para que as tarefas essenciais da fomento da pesquisa científica, da correcta transmissão do saber, dos serviços a prestar à comunidade envolvente se executassem em quietude e cooperação. Ao espírito particularista e, como tal, de certo modo, antiuniversitário de corporação, preconizava-se o fomento de um espírito de cooperação e do trabalho conjunto.

A assunção da autonomia universitária mais como um objectivo a conquistar do que como uma dádiva de um qualquer governo era condição essencial da vitalidade que se desejava para o futuro, mas dificilmente seria levada a cabo numa atmosfera de excessiva e, nessa medida, esterilizante confrontação ideológica.

Autonomia, cooperação, respeito mútuo dos diversos corpos e das Faculdades entre si, liberdade, investimento na educação dos jovens, atenção cuidada aos estudantes, sábia gestão dos meios, abertura e articulação com a comunidade parecem ser as palavras chave do programa de um Reitor jovem, amigo da interdisciplinaridade sem renunciar à sua formação humanística de base.

4 – Na abertura solene das aulas do ano lectivo 1983-1984, para além de uma fina análise da evolução da Universidade portuguesa no último decénio, surgia no discurso reitoral uma nova palavra de ordem com largo futuro na definição das ambições da instituição: a Universidade do Porto, no quadro de uma nova Europa mais comunitária e mais democrática, não poderia ser outra coisa senão um polo de excelência, não só nos saberes que lhe cabia transmitir mas também naqueles que ela própria haveria de criar através da investigação.

A expansão da Universidade começava a fazer-se sentir não só em novos cursos e graus (divulgavam-se os mestrados) mas também em novas Escolas governadas de forma mais aberta e participada. Em 1973 eram apenas seis as Faculdades. Em 1983, incluindo Institutos e o Curso de Nutricionismo já eram 11. E previa-se para breve a instalação do curso de Medicina Dentária. Olhando para o leque actual de Faculdades, faltavam apenas a Faculdade de Direito (que se declarava no discurso como um anseio da cidade e da região) e a Faculdade de Belas Artes.

Mas novos problemas surgiam, uns comuns a todas as Universidades outros específicos da nossa. Entre os primeiros, avultava a introdução do *numerus clausus*, denunciado como

«mal necessário» e «mais que discutível». E subsistia a velha questão da autonomia universitária, que embora garantida pela Constituição, estava longe de se poder levar à prática, quer pela falta de meios financeiros quer pela demasiada intromissão do Estado nas suas decisões estruturais.

Quanto aos segundos, lamentava-se a falta de espaços e instalações condignas quer para a leccionação quer para a investigação e começava a perceber-se com perspicácia um outro problema que hoje continua longe de se poder considerar resolvido: a harmonização entre as tarefas que cabem à Reitoria e as propostas e opções das Faculdades.

Como objectivos externos de grande alcance, a Universidade do Porto através do seu Reitor que era também Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), propunha-se criar uma Associação de Universidades de Língua Portuguesa e, no âmbito das Universidades da zona norte, estreitar as ligações à Galiza, através da Universidade de Santiago de Compostela.

5 – A internacionalização da Universidade, à luz do discurso de inauguração do ano lectivo de 1984-1985, mostra-se um objectivo assumido e claramente em marcha. O Reitor da Universidade do Porto, sendo cumulativamente Presidente do CRUP e representante das Universidades portuguesas na CRE, tornou-se um parceiro nas conversações das congéneres da Alemanha, da Suécia, da Inglaterra e até de outros continentes. Aliás, a posição privilegiada de Portugal para levar a bom termo o diálogo institucional com as universidades da África e da América do Sul é reconhecida e aproveitada pelos parceiros europeus. A mobilidade universitária aparece na agenda das reuniões internacionais.

Ressalta do discurso o papel importante da Universidade do Porto no evoluir das negociações sobre políticas de Acção Social Escolar nas quais os Estudantes começavam a adquirir posição de relevo.

Quanto à Universidade do Porto propriamente dita, destaca-se o seu esforço de diálogo com instituições externas com poderes decisórios na região tais como a Comissão de Coordenação da Região Norte, a Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo, o INESC, na tentativa de ligar cada vez mais a Universidade ao meio envolvente, nomeadamente ao tecido empresarial. Desempenhou papel de relevo o recém-criado Conselho de Investigação.

A preocupação de dotar de instalações decentes as diversas Faculdades e Institutos constitui uma nota muito viva no discurso reitoral, não obstante a austeridade e a necessidade de rigor orçamental exigidas pelo governo central, na certeza bem demonstrada de que o investimento na educação se transformaria em breve em fonte de receita e de dinamização global do país.

Mas o Reitor não se limita a reivindicar instalações condignas. A denúncia da degradante condição remuneratória dos docentes do ensino superior, não apenas face aos seus colegas da Europa mas até aos docentes do ensino secundário português, foi outro serviço relevante prestado pela voz autorizada do líder universitário.

Finalmente merece destaque no discurso reitoral a concatenação da exigência de autonomia universitária com uma esclarecida e renovada visão do que é e deve ser no futuro a gestão universitária, na certeza quase profética de que se o governo das universidades continuasse na mão de burocratas inimigos da inovação e não se aproximasse de um modelo mais eficaz e empresarial, seria toda a sociedade que acabaria por sofrer de imobilismo.

6 – No último dos discursos a que esta introdução respeita, reafirmam-se os princípios

básicos de que a Universidade é por natureza lugar de inovação, de reflexão crítica e de transmissão do saber, tarefas que dificilmente seriam desempenhadas com eficácia se as condições necessárias e suficientes não fossem proporcionadas. Nesse aspecto muito já fora conseguido mas o exigível estava longe de ter sido atingido. O funcionamento do CIUP, órgão de recursos comuns, fora regulado e apetrechado com um potente computador, a licenciatura em Arquitectura arrancara, ainda que em casa provisória, os Serviços Sociais prometiam estabilidade e eficácia, a BIGAUP adquirira condições para funcionar em breve, a Escola Superior de Medicina Dentária acabava de integrar a Universidade do Porto, novos cursos e novos mestrados se anunciavam, mas lamentavelmente ainda não fora possível pôr de pé o ansiado curso de Direito.

A investigação científica aparecia cada mais valorizada, reconhecida e útil. Através de convénios com várias entidades, haviam sido dado passos importantes para a ligação dos trabalhos e dos projectos de pesquisa aos sectores público e privado. A colaboração Universidade-Empresas desenhava-se como objectivo de futuro. A promoção cultural através do apoio aos agrupamentos universitários que cumpriam programas circum-escolares de lazer e recreio mereceu a devida atenção concretizada em melhoramento das instalações disponíveis.

A construção de novos edifícios para acolher dignamente os estudantes foi uma exigência permanente da Reitoria que não deixou de criticar a morosidade e os atrasos governamentais na resolução dos problemas, alguns deles prementes. Se a necessidade de cumprir o programa de construções de novas Escolas era imperiosa, não o foi menos a de criar condições de alojamento para os estudantes. Essa foi outra frente reivindicativa que até hoje não mais parou.

7 – Resulta desta breve análise que alguns dos problemas e anseios que actualmente preenchem as preocupações quotidianas dos responsáveis da Universidade do Porto vêm de longe. Mas cada ano adquirem tonalidades novas e diferentes. E nesta Europa em reconstrução cada dia surgem novos e difíceis desafios. Mas ontem como hoje o acto de reflectir sobre a Universidade não pode ser um exercício inconsequente. Tem que levar à definição prospectiva de objectivos e ao estabelecimento lúcido das estratégias mais eficazes. Algumas, sem dúvida, de curto e médio prazo. Mas sem esquecer que é no tempo longo que a Universidade pode ser verdadeiramente guia e locomotiva da marcha ascendente da Humanidade.

DOCUMENTOS

Documento n.º 1

Discurso da tomada de posse (29.03.1982)

*Alocução do Reitor
Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos*

*Senhor Ministro da Educação e das Universidades
Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior
Senhor Professor Decano*

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em primeiro lugar, saúdo Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação e das Universidades e Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado, que honram a Universidade e honram o Reitor com a sua presença neste acto académico de transmissão de poderes.

V. Exas., além de homens públicos experientes, são professores ilustres e investigadores reputados.

Do mesmo passo que agradeço a vinda de V. Exas. a esta cerimónia prometo leal colaboração, assente na defesa firme dos interesses e da autonomia universitária, cujos problemas, sem a diligência do Executivo, não poderão obter cabal resolução.

Particularmente grato estou ao Senhor Professor Vale Serrano pelas palavras amigas que pronunciou. Na pessoa do Excelentíssimo Decano, exornado por tantos méritos que a Universidade preza, ultimamente acrescidos pelo lúcido desempenho da função reitoral, presto homenagem aos senhores professores, aos senhores estudantes e às suas associações e, bem assim, aos senhores funcionários que se dignaram comparecer na posse, homenagem esta extensiva a todos os outros, cujo labor fecunda o prestígio da Universidade do Porto.

Uma indispensável referência, de muita consideração e respeito, ao meu antecessor, o Senhor Prof. Campos e Matos, prestigiado mestre de Engenharia, o qual, na companhia de dois doutos e prestantes vice-reitores, que também saúdo, teve a responsabilidade do nosso destino em anos de tendencial regularização da vida académica, ela própria cunhada pela normalidade constitucional.

Às digníssimas entidades da cidade e da região, endereço penhorados cumprimentos, e significativo-lhes o intuito de com elas estreitar profícuas relações.

Para os colegas e pessoas amigas, em especial para os que de fora acorreram, vai o meu obrigado cordial, a simbolizar um passado de estima, revigorado pela vossa presença neste acto.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Assumo as funções de Reitor da Universidade do Porto consciente da relevância do cargo e do peso e extensão das tarefas decorrentes do seu exercício, tanto mais que o Governo escutou a Universidade antes de me designar. De facto, o reitor e os vice-reitores que hoje entram em exercício alcançaram, em fins de Janeiro, uma expressiva votação por parte do colégio eleitoral incumbido de estabelecer a lista tríplice, à qual o Senhor Ministro da Educação e das Universidades foi buscar o professor que entendeu escolher.

Recaiu a opção de Sua Excelência no mais sufragado. Segundo a tradição, coube-me

propor os vice-reitores de que carecia para governar. Combinando o peso dos resultados eleitorais com critérios próprios, indiquei os nomes dos Senhores Profs. Rui Morgado e Velez Grilo, até agora presidentes dos Conselhos Directivos das Faculdades de Farmácia e Engenharia, personalidades a quem a Universidade deve relevantes serviços.

A anuência de V. Exas. ao pedido de colaboração formulado testemunho do vivo apreço que me merecem e merecem à Academia, além de me honrar, é penhor de bom trabalho que, espero, em conjunto realizaremos.

A circunstância da Universidade possuir, doravante, um reitor escolhido por um processo que envolveu uma eleição e acompanhado por dois vice-reitores, por igual beneficiários de forte anuência, a todos cria responsabilidades mais vastas que não desconhecemos, nem enjeitamos, pois anima-nos o propósito de responder ao repto delas decorrente.

Pela minha parte, creio nas virtudes do trabalho, do empenhamento, postos ao serviço de ideias meditadas, no caso concreto, uma certa concepção da universidade e do papel que à Universidade do Porto cabe desempenhar.

Educado no respeito pela alta qualidade desta instituição, onde, na antiga Faculdade de Letras e na sua Faculdade de Medicina, meu pai e outros familiares muito próximos se formaram, tenho-a servido com acrisolada dedicação na sua restaurada Faculdade de Letras durante os últimos dezoito anos, ou seja desde que o saudoso e insigne mestre, Prof. Ferreira de Almeida sugeriu o meu nome para integrar o grupo de História, grupo onde, em épocas sucessivas, assisti à construção da Escola, primeiro, sob o consulado do Prof. António Cruz e, depois, sob orientação científica do evocado Prof. Ferreira de Almeida.

No Porto, encontrei um excelente clima de trabalho e de interesse pela função docente, que, na Universidade, tem como exigência dinâmica a investigação, isto a respeito das vicissitudes dum período em que se sucederam as transformações escolares e cívicas.

Atento por formação aos sinais que individualizam a sociedade hodierna, penso, ao entrar para a Reitoria, na instituição universitária, nos problemas que a afectam. Figuro-a em íntima ligação com as peculiaridades sociais e científico-culturais do nosso mundo, antevejo-a noutro contexto, funcionando melhor, mais autonomicamente em prol dos seus docentes-investigadores, dos seus estudantes, isto para assegurar a correcta transmissão do saber, garantir o fomento da pesquisa e prestar à comunidade os serviços que deve, sob a égide duma alta concepção do homem, a que não falta, à escala do Orbe, a reciprocidade no diálogo das culturas e na circulação das matérias científicas.

Para mim e antes de mais, o cumprimento de tais fitos envolve uma clara e generalizada descrispação da instituição e das pessoas, sem prejuízo dos valores de referência que, por legado histórico e vivência criadora, constituem património seu.

E essa descrispação traduzir-se-á na assunção da autonomia que desejamos bem ampla, não só por imperativo legal, mas por um querer endógeno, que tem por luz o espírito cooperativo, que assim sucede a um corporativismo por natureza e idade rígido.

A prevalência da autonomia, moldada pela cooperação, terá, por sua vez, de se enxertar numa regionalização que não seja herança dos antigos localismos, antes funcione como expressão de evidentes necessidades sociais a que a zona onde trabalhamos pode responder livre da tutela central.

Com efeito, no delinearmento, aplicação e prospectiva de uma política autonómica da Universidade convém acautelar os interesses da nossa região, mas acautelando, em simultâneo, a sua articulação com as realidades nacionais e até internacionais que, tanto no plano social como no plano científico, são característica do tempo em que vivemos.

E independentemente do contexto em que operar, a universidade funcionará de acordo com as heranças recebidas e os contributos em gestação, para incrementar a ciência e a cultura nas suas omnímodas facetas, postas, uma e outra, ao serviço do integral floresci-

mento da pessoa humana. Como tarefa fundamental, cumpre-lhe sempre fomentar a pesquisa e o magistério de qualidade superior, que permanentemente assimile o progresso científico em termos de integração e síntese do saber, tendo presente a gama de exigências que a comunidade, seja no imediato, seja no porvir, formula.

E, no labor diário, urge a prevalência dum ambiente favorável à actividade crítica e inventiva dos mestres, ao livre desabrochar da personalidade dos estudantes, como ainda ao debate e à co-opeção entre os seus componentes, assente na liberdade e no respeito mútuo pela dissemelhança.

A complexidade e multiplicidade das tarefas que à Universidade são exigidas, numa época de ampliação dos contingentes que a frequentam, determina, por sua vez, uma crescente preocupação com a selecção e a formação dos docentes jovens, em ordem a, desde cedo, adestrar as suas aptidões para as ingentes, para as difíceis incumbências que os esperam na carreira do ensino e da investigação, carreira essa decisivamente ligada ao progresso da ciência, à criatividade, à valorização do homem, numa palavra, ao desenvolvimento social.

A meu ver, essa preparação e, assim, a labuta diária de quantos servem a universidade, deve fundar-se no respeito pelos valores universitários, quais são os da pesquisa e do magistério científico.

Com efeito, nos domínios a que se consagram, as universidades terão de ser um poderoso motor da ciência e da cultura onde a faculdade crítica e a índole criadora da mente humana aplicam os seus dotes racionais, procedendo à experimentação de hipóteses e concepções, conforme directivas metódicas, sujeitas a uma severa disciplina, inexoravelmente rigorosa e imparcial, virada para a realidade observável. Graças a uma alta competência racional, os universitários actuam sem respeito pelas proibições ditadas pelas ortodoxias, pelas ideias feitas, pelos preconceitos, pelos usos, concebendo, ao invés, a universidade como um lugar de ciência e não apenas de congeminação de opiniões ou de elaboração de tecnologias, tecnologias cujo simbolismo cultural, por outro lado, importa desde já considerar, sob pena de se ignorar uma dimensão do nosso tempo.

E, no cumprimento das suas tarefas, o universitário não pode olvidar as perspectivas que a interdisciplinaridade e as técnicas oferecem ao bom entendimento e à formulação dos mais complexos problemas que afligem a mente humana, não só porque estes assim o exigem, como o exige o ideário subjacente à concepção de Universidade.

De qualquer forma, para ensinar, para investigar, para servir, sob a égide dos valores que a racionalidade, a imparcialidade, o livre exame e a inventiva científica postulam, carece a universidade de proporcionar digna retribuição aos que nela ensinam e ainda dos necessários fundos, fundos e vencimentos que, mesmo em tempo de crise, o Estado não pode poupar, sob pena de prejudicar o desenvolvimento do país. Em contrapartida, e a nosso ver, compete à universidade proceder à cuidada gestão das verbas que conseguir. E enquanto unidade que, por um lado subtrai bens e, por outro, através do ensino e da pesquisa, fornece bens, a instituição universitária chamará a si a completa responsabilidade sobre o teor do trabalho realizado, aferido este através de sintomáticos índices passíveis de quantificação. A introdução generalizada destes e doutros processos análogos, envolve alguma mudança de costumes e exige a generalizada racionalização dos conjuntos administrativos que a Universidade possui. Esta uma das metas das acções que agora iniciamos.

Delas decorrerá, de imediato, uma distribuição de pelouros entre o reitor e os senhores vice-reitores a fim de serem reguladas, a par das obrigações de rotina as reformas decorrentes da vigência da autonomia em definição na Assembleia da República, a normalização institucional das escolas mais recentes, os planos de equipamento e de instalação em curso, os melhoramentos que importa introduzir nos vários departamentos que compõem a administração central ou andam anexos à reitoria.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O governo que agora iniciamos assentará, sem que abduquemos das prerrogativas inerentes ao cargo, no respeito pelas escolas e pelos órgãos próprios da Universidade, no seio dos quais se estimulará o desenvolvimento da cooperação.

Esse espírito terá de envolver não apenas os cargos permanentes, como ainda os estudantes cujos problemas e anseios merecerão a maior atenção, o maior cuidado.

Mas para levar a bom termo as tarefas que sobre a reitoria impendem, à solidariedade e ao apoio que também pedimos aos nossos colegas de todas as Escolas e Faculdades, há-de aliar-se a indispensável colaboração dos funcionários, cujas aspirações gostaríamos de ver satisfeitas.

Só assim será mais eficiente o benefício que a Universidade, moldada pela autonomia, proporcionará a quantos a integram, a frequentam e nela trabalham; só assim será viável desenvolver o diálogo com as forças sociais da região e a prestação de serviços que esse diálogo supõe; só assim será frutuosa a nossa participação, quer no progresso do país, quer no intercâmbio com outros povos, de entre os quais atenção especial merecem os países de língua portuguesa.

Fomentando as relações entre a universidade e a sociedade, incrementando a cooperação, atendendo à ligação com as comunidades científicas das diversas nações, respeitando os valores que são apanágio do magistério superior, trabalhemos, pois, com afinco, no apoio aos estudantes, na essencial valorização do ensino e da investigação, numa palavra, em prol da universidade que servimos.

Documento n.º 2**Discurso da abertura solene das aulas (1983 - 1984)**

*Alocução do Reitor
Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos*

Ao principiar a solenidade que hoje nos congrega, saúdo as universidades e os magníficos reitores aqui representados, saúdo as entidades regionais presentes, saúdo, em especial, os professores, os estudantes e o funcionalismo da Universidade do Porto, cujo voto fundamenta a prelatura que agora exerço.

A abertura solene do ano escolar inclui, de novo, além da alocução do reitor, uma lição inaugural ou oração de sapiência, durante a qual um ilustre professor da Faculdade de Ciências, o Snr. Doutor Miguel Montenegro de Andrade, versará o tema "Só temos uma Terra. Salvemo-la". Trata-se de assunto possuído de inegável transcendência e actualidade, a significar a preocupação do prelector, e logo da universidade, por candente problemática.

Proceder-se-á, ainda, à distribuição de prémios a alunos classificados. Pretende-se, deste modo, testemunhar que a Universidade deve ser um polo de excelência nos saberes que ministra e investiga, na certeza de que a dignificação da instituição, por via dos que a servem ou frequentaram, resulta, na prática, do trabalho produzido pelos que usam os seus títulos.

É a referência dos graduados aos corolários melhores da ciência, da técnica e da cultura, na resposta às necessidades do nosso mundo, que cabalmente documenta a integração da universidade na sociedade em mutação de que somos parte.

A natureza dessas transformações marca a trajectória existencial das pessoas, varia de grupo para grupo, de instituição para instituição, pressente-se, de muitos modos, em Portugal e na Europa de que somos filhos, a ponto de se estranhar a delonga com que ou-tras nações respondem à proposta de com eles nos irmanar-nos comunitariamente, democraticamente.

Cunhada pela tradição europeia que ajudamos a criar e em muitos quadrantes de cultura e ciência, enriquecemos, a Universidade do Porto é hoje uma instituição onde a mudança campeia, a ponto de se mostrar deveras diferente da corporação que conhecemos anos atrás, muito embora continue a formar gerações e aqui frutifique sempre o ensino e a investigação de alto gabarito visando o serviço e os reptos da comunidade.

E a universidade transmutou-se porque possui uma gama maior de especializações, porque cresceu o número de escolas e de centros que a integram, porque aumentaram os seus quadros docentes, administrativos e técnicos, porque subiu, nalguns casos perigosamente, o contingente dos seus alunos.

Transformou-se, também, a carreira docente e as respectivas fases, é outro o processo de ascensão dos estudantes ao ensino superior, outorgam-se graus que antes não existiam, nascem, a cada passo, os cursos de mestrado. Tanto o processo de selecção dos governantes académicos, como o exercício do poder, sofreu radical alteração. Grupos, secções, departamentos, serviços, abordam, amiúde em colégio, os seus problemas.

Se existem diferenças de concepção e modalidades no cumprimento de prerrogativas e deveres, por natureza e situação omnímodas, verdade é que a participação, o diálogo, a democratização, numa palavra o essencial dos direitos constitucionais, instilou-se no quotidiano das escolas, abrangendo, em graus matizados, já os professores, já os restantes corpos. Os funcionários fruem dos seus direitos sindicais, as associações académicas, onde a alternância funciona, constituem pujante realidade e, conforme a tradição, uma escola de preparação de cidadãos. Tão original, como a meu ver, defeituoso, configura-se o mecanismo de acesso à universidade; mais do que discutível parece-me o *numerus clausus*, introduzido como mal necessário. O recurso aos Serviços Sociais (a lares, cantinas, bolsas, consultórios médicos, etc.) deixou de ser prática de uma minoria, envolvendo, hoje, o grosso da população académica.

Para documentar as mudanças patentes na universidade não faltam os exemplos, nem os dados. Acrescentarei, pois, que em 1973 compunham a Universidade as Faculdades de Ciências, Medicina, Engenharia, Farmácia, Economia e Letras, frequentadas por menos de 10.000 alunos. Hoje, mesmo o sob o império do *numerus clausus*, temos cerca de 14.000 estudantes e uma série de escolas novas, quais são as Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação, de Arquitectura, o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, o Instituto Superior de Educação Física, como ainda o Nutricionismo. A cidade e a região desejam a instalação, entre nós, do ensino jurídico, anseio que a Universidade apoia, reclama-se a criação da licenciatura em Sociologia, a lei prevê a próxima inserção da Escola Superior de Medicina Dentária ora em estudo; outros pedidos de integração fervilham no ensino superior regional. Por isso, sentimo-nos preocupados e não menos requestados, apesar de todas críticas. Nos *curricula* universitários, cuja qualidade, funcionalidade, e conveniência social há que, em todas as circunstâncias acautelar, sob pena de delapidarmos o Estado, enganarmos os cidadãos e prejudicarmos a instituição que servimos, abundam as modificações na designação, número e natureza das licenciaturas com benefícios inegáveis, na maior parte das vezes.

Por exemplo, em Letras acabaram as tradicionais licenciaturas em Românicas e Germânicas, e surgiu a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, a qual comporta várias combinações antes inexistentes, *verbi gratia*, Português-Inglês, Francês-Inglês, etc.

Com o Estatuto da Carreira Docente, o nosso *Cursus honorum* transformou-se, os lugares do quadro duplicaram, perfilhadas foram novas designações, enquanto outras caíram em desuso, a exemplo de práticas antigas. Desapareceu a categoria de professor extraordinário, os concursos para professor associado e para professor catedrático deixaram de envolver provas públicas. Prova fundamental, que pode ser precedida pelo mestrado, continua a ser o doutoramento em matéria científica e, fundamental, tornou-se a agregação na

verificação do saber e das aptidões pedagógicas. Os assistentes, dantes recrutados por convite, são-no, hoje, em regra, por concurso público.

A pluralidade de doutoramentos que este ano registamos, somados a outros índices, testificam resultados acrescidos na área da pesquisa e da renovação.

O contingente dos funcionários técnicos e administrativos, outrora escasso e indistinto, alargou-se consideravelmente na Universidade, acentuando-se a sua especialização. À frente das Faculdades passaram a estar já não individualidades de nomeação ministerial, mas direcções eleitas por professores, estudantes e funcionários, tal como o Reitor. Existe agora a possibilidade das Faculdades se fraccionarem em departamentos, fruindo estes de larga autonomia. Escolas há onde, de facto, não *de iure*, eles funcionam.

Na sequência de experiências várias, umas utópicas, outras malévolas, outras realistas, produziram-se, creio, modificações na mentalidade e na condição universitárias, positivas sempre que não põem em causa a qualidade, a criatividade, o espírito crítico, a racionalidade e a liberdade que a ciência e a cultura exigem, nem tão pouco o universalismo conatural à instituição. A questão da mentalidade e da condição dos universitários, entrevista crítica e analiticamente, merece, de todos nós, uma pronunciada e debatida reflexão a produzir noutro ensejo.

Por agora, importa, decerto, vincar que, em virtude da formação e do estatuto existencial, mudou radicalmente a mentalidade dos estudantes que amanhã serão a universidade e parte da nação, como câmbio sofreu a afectologia dos homens de negócio e dos quadros, senhores de lugares de destaque na sociedade em que a Universidade está e com a qual há-de estreitar o diálogo.

No diverso panorama universitário hodierno, factos salientes constituem já o número excessivo, atentas as possibilidades, de discentes que entram nas escolas sob a capa dúplice do *numerus clausus*, já a participação dos estudantes no governo universitário, já a diversificação da origem social dos alunos, já o dinamismo das nossas Associações académicas.

Mas as associações vivem, em excesso, dependentes de verbas controladas pelo Executivo, recorde-se. Em meu aviso, trata-se de uma situação a rever, através de estudo a realizar no seio da universidade, e não em diálogo exclusivo com a administração central, como importa, aliás, analisar, no mesmo foro, quer os problemas decorrentes da estatização dos serviços sociais e da inadequação do seu tipo de gerência aos modelos participados de governo académico, quer o controlo e eficiência dos mesmos serviços. Em caso algum, a situação presente deve fazer esquecer o que de negativo ocorreu, em anos recentes, noutras universidades, seria trágico tanto olvidar o que é, como o que foi e que, em qualquer momento, pode ressurgir.

Servem estas observações, para explicar a razão que nos leva a desejar que a universidade, em diálogo com os seus membros e com o governo, possa resolver os problemas do ensino, da investigação e da ligação à comunidade que nos afligem, fique em condições de responder ao que de justo há nos anseios estudantis e nas reclamações do funcionalismo que a serve.

De momento, e em tudo isto, estamos excessivamente dependentes de decisões tomadas fora ou à revelia da Universidade.

Daí eu dizer e perguntar: segundo a Constituição as “universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira”. Mas temos autonomia?

Possuímos, com certeza, autonomia maior que no passado, pois os membros da comunidade universitária elegem o reitor e elegem em cada escola órgãos de gestão dotados de competências várias e não menores que no passado. De forte capacidade propositiva fruem os actuais Conselhos Científicos, nos quais têm assento todos os doutorados e não só os professores catedráticos. Os assuntos pedagógicos, competem ao Conselho do mesmo

nome, cujos membros compreendem professores, assistentes e alunos para o efeito sufragados, não estando as suas deliberações sujeitas a controlo, sendo certo que muitas delas tocam assuntos que, no antigo regime, eram próprios do Ministério.

Foram alargadas, mas só por delegação eventual e variável, as prerrogativas do reitor para sancionar decisões veiculadas pelas escolas, antes necessariamente dependentes de Lisboa, como é o caso da abertura dos concursos.

Importa também observar o seguinte: apesar da pluralidade de Conselhos, da existência de Assembleias de Escola, nas universidades, cujo reitor é eleito pelos corpos da instituição, e ao mesmo tempo nomeado pelo Governo, o sistema actual funciona, ainda que a estrutura e o posicionamento lhe cerceiem a eficácia.

Eis porque não faltam, e ainda bem, os que contestam globalmente o modelo, os que querem reformá-lo, os que assumem uma atitude crítica mais ou menos pertinente, ou por que não testemunhá-lo, impertinente ou tão só maldizente.

As objecções reais envolvem, por exemplo, a natureza dos conselhos, o peso dos corpos, as formas de participação, as peculiaridades do sufrágio, a questão de autonomia das instituições entre si e face ao Estado, etc..

Ora, a autonomia, além do mais, fica à partida cerceada, mesmo figurando na Constituição, pela umbilical dependência em relação ao Estado em matéria financeira, pela fixação, no ministério, do *numerus clausus*, pela obrigação de submeter a aprovação superior, não só um sem número de decisões e alterações, mas todas as inovações, mesmo as que nos podiam ressarcir da penúria financeira, mesmo as que facilitaríamos a prestação de serviços à comunidade, mesmo as que testemunham a nossa intenção de trabalhar com organismos e universidades estrangeiras em condições de reciprocidade. Estas são as fronteiras do poder universitário, agora fruto de eleição, estes são os empecilhos legais ou enroupados pela legalidade que espartilham a sua acção.

Nestas condições, a autonomia universitária, consagrada na Constituição, surge, aos nossos olhos, como realidade débil e certamente como meta. O objectivo será alcançado, cumpre acentuar, se se conseguir um ajuste funcional – não direi contornar os escolhos do centralismo, sem cair no pêgo do atomismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Como sabem, o reitor da universidade é também, no biénio que iniciámos, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e desde 1982 representante do C.R.U.P. na Conferência de Reitores Europeus. Naquela qualidade, o projecto maior que nos ocupa é o da criação de uma Associação de Universidades de Língua Portuguesa, apostada na defesa e estudo do idioma lusíada, o bem maior da nossa cultura, como ainda, na transferência de informação científica e tecnológica entre os países de expressão oficial portuguesa. Na C.R.E. temo-nos debruçado sobre os problemas da universidade, agora e amanhã, verificando-se que, para além das específicas, muitas são as dificuldades comuns. Regionalmente, procuramos em comunhão com as universidades da Zona Norte, estreitar os laços com a Universidade de Compostela. Internamente, os trabalhos e os dias do reitor desenvolvem-se num quadro de mudança e austeridade crescente, pautado pela necessidade de em Lisboa, e mesmo na esfera cidadina, defender, acautelar os interesses da Universidade. O nosso labor é enriquecido pela tentativa de, dia a dia, harmonizar, nem sempre com êxito, bem o sabemos, as tarefas que incumbem à reitoria, com as opções e as propostas das Faculdades.

Em termos institucionais, entre outras coisas, sentimos a escassez de verbas, temos um quadro de funcionários com muitas falhas, as investigações em curso ressentem-se da

ausência de uma política nacional e mesmo sectorial de pesquisa, gostaríamos de ver o Ministério a trabalhar mais célere e eficazmente, enfim, verificamos que as nossas instalações são, quase todas, pobres e antiquadas, tal como algum equipamento de primeira necessidade.

Que planos é possível fazer quando o orçamento para 1984 sofreu já cortes drásticos; quando, no último trimestre do ano, soubemos que o PIDDAC para 83, o qual desagradava já a diversas Faculdades, fora quase decapitado, pondo em causa o apetrechamento, agora e no futuro, de escolas com excelente nível científico?

Aceitamos, por imperativo cívico, a austeridade e o rigor, embora digamos que a proceder assim as Finanças disseminarão, desde já, a anemia no campo da educação.

Um exemplo basta para documentar o perigo das limitações orçamentais: Podemos ensinar, investigar, educar, enfim, servir convenientemente a comunidade quando só Farmácia e Economia possuem instalações decentes?

Como pode o I.S.E.F. funcionar disperso por quatro edifícios pobres, entre si distanciados por quilómetros de ruas citadinas? Aceita-se que a Faculdade de Letras habite um complexo, já corroído pelo excesso de utilização, construído para as Ciências, cujos serviços, por sua vez, estalam em velhos casarões? Como não estranhar que laboratórios de ponta da Faculdade de Medicina quedem nas suas caves, por falta de outro lugar? Não laboram cursos de Engenharia num antigo colégio, ora decrepito? A Faculdade de Psicologia, essa, cresce num edifício que o ensino secundário desocupou e as Germânicas, há anos, abandonaram. Biomédicas está no lugar antigo da Medicina, de Letras, onde também permanecem laboratórios de Ciências e serviços do ISEF. O Nutricionismo em instalações provisórias, a Faculdade de Arquitectura possui Comissão Instaladora, mas atrasou-se a concessão de verba para a compra de casa própria, indispensável, à sua existência.

Sem embargo, anotamos a colaboração valiosa que à Reitoria tem prestado o serviço das Construções Escolares do Norte, aguardamos a resposta dos Ministérios da Educação e do Equipamento Social às nossas premente solicitações, ainda acreditamos que o silêncio da Câmara do Porto acerca dos projectos que submetemos à sua consideração, não resulta de embaraçosa atonia, mas da procura de soluções comuns.

Quando chefe da oposição, o Primeiro Ministro, com o Ministro do Equipamento da coligação no Poder procurou, de *motu proprio*, honra lhe seja, inteirar-se dos problemas da Universidade do Porto. Esperamos agora que o Chefe do Governo e os seus ministros, apesar da crise que grassa, não esqueçam as gritantes carências da Universidade do Porto, o mesmo é dizer das gentes da região que a cidade encabeça.

Pela nossa parte, apresentamos projectos e planos, segundo orientações há anos ensaiadas e cujo desenvolvimento a Reitoria estimulou.

A resolução das questões que nos afectam em matéria de instalações, como no âmbito dos serviços sociais e no domínio do apoio à pesquisa, são vitais quando se pensa no futuro da universidade. Enquanto não fruimos de meios próprios e de autonomia temos que as resolver com as autoridades locais, com o poder central. Estamos abertos ao diálogo frutuoso, operante, com uns e outros.

A universidade quer, deveras, alargar os seus contactos com a comunidade e que pertence, com o mundo da ciência e, em especial, com as universidades vizinhas, com a universidade irmã da Galiza, com as universidades de língua portuguesa, com as universidades de regiões europeias que conosco guardam afinidades. Há que compreender as peculiaridades daqueles com que vamos trabalhar, em ordem a estabelecer, com lucidez prática, o intercâmbio científico, a cooperação, aliás, de interesse vital para o nosso País.

Para sermos cooperantes úteis, urge, todavia, e em paralelo, atalhar aos problemas

de nossa instituição, do país que somos, da sociedade em que vivemos. Doutro modo todo o esforço será vão.

Não gostaríamos que este documento fosse considerado expressão de pessimismo, gostaríamos antes que das observações produzidas, certamente realistas, brotasse uma exigente, funda e racional meditação sobre a Universidade, susceptível de alimentar a esperança e os projectos que tudo vivificam e que a história e as realizações da universidade, afinal, autorizam.

É esse o meu voto. Será o vosso?

Documento n.º 3

Discurso da abertura solene das aulas (1984 - 1985)

Alocução do Reitor

Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos

Pela segunda vez, após as eleições reitorais, a Universidade do Porto reúne para marcar o início solene do ano escolar. Hoje, temos entre nós um ilustre professor que ocupa lugar fulcral no Ministério da Educação, o qual desejou estar junto dos seus pares no claustro pleno aqui congregado. Saúdo com respeito e cordialidade o Snr. Prof. Doutor Joaquim Pinto Machado, Secretário de Estado do Ensino Superior, em nome da Universidade e faço votos pelo êxito da missão que tão empenhadamente assume. As minhas homenagens são extensivas às forças vivas da cidade, às altas autoridades, aos colegas, estudantes e colaboradores que nos acompanham. Preito de admiração e estima quero render ao mestre que profere a oração inaugural, o Snr. Prof. Doutor José Garrett. Em V. Ex^a. eu cumprimento a Universidade.

Na alocução pronunciada em 1983, historiei as transformações que o ensino superior sofreu ao longo do último decénio. Na sessão de agora, vou referir alguns aspectos da nossa actividade durante o ano transacto, algumas iniciativas de importância que recentemente vieram a lume, sem olvidar diversos problemas que afectam a existência da Universidade, existência cuja evolução prospectivarei num conjunto de observações finais.

Como é sabido, por força de imperativos legais, o reitor da Universidade do Porto acumula o exercício do seu munus com o desempenho da presidência do Conselho de Reitores e com a presidência do Conselho de Acção Social do Ensino Superior. Cabe-lhe, outrossim, representar as nossas universidades na CRE, ou seja na Conferência dos Reitores Europeus, e no Conselho da Europa, aqui por designação governamental.

Pauta a sua acção no CRUP, isto é, no Conselho de Reitores, o intuito de estreitar os laços de trabalho com as instituições congéneres aí sediadas, a intenção de desenvolver a co-operação com a Secretaria de Estado do Ensino Superior e o desejo de incrementar os nexos científicos e culturais com as universidades amigas, sejam elas de língua portuguesa, europeias ou de outras partes do mundo. As visitas que delegações do CRUP realizaram à Inglaterra, à Alemanha e ao Extremo Oriente a convite de conferências e entidades locais ou, no caso do Japão, explorando as perspectivas abertas pela estadia do Primeiro Ministro, quadram com a orientação enunciada por último. Com efeito, da nossa parte, preocupação grande tem sido o desenvolvimento das relações com as nações europeias, pois esperamos em breve reencontrá-las na C.E.E.. As perspectivas de intercâmbio científico sobressaíram, particularmente, durante as conversações recentemente mantidas com os reitores da Alemanha Federal e aquando da vinda a Portugal, quer da responsável pela Conferência dos Presidentes das Universidades Francesas, quer de uma delegação sueca composta por rei-

tores e entidades governamentais. A importância e o alcance das negociações com os nossos homólogos da Suécia, organizadas pelo CRUP, foi recentemente encarecida no plenário da Conferência sobre a mobilidade universitária, efectuada no mês de Outubro, em Roma, pelo Reitor da Universidade de Estocolmo que as apresentou como exemplo do trabalho que dois pequenos e distantes países do nosso continente podem afinal concretizar nas suas áreas de influência e cultura. De resto, o desejo da Europa universitária de favorecer e estreitar a sua aliança com as universidades portuguesas no plano institucional, em tempo de empenhamento europeu, conduziram a Assembleia Geral da Conferência dos Reitores Europeus a eleger um português para tomar assento, em nome da Península Ibérica, e sob proposta da Espanha, no quadro restrito de membros do seu Bureau Executivo, lugar que agora cabe ao titular da Universidade do Porto. Além disso, no Conselho da Europa, é generalizado o interesse por ver Portugal participar na preparação dos programas que articulam a Europa com os países da América do Sul e da África e, bem assim, nos planos a implementar que assentam no labor de universidades das regiões fronteiriças, política a que nos temos votado, procurando dar passos seguros, marcados pelo espírito de cooperação. Só que a Portugal, além de cuidar das implicações da sua entrada no Mercado Comum, cabe prosseguir um fecundo e amigável relacionamento com os países de expressão oficial portuguesa. Nesse sentido temo-nos batido pelo estabelecimento de uma Associação das Universidades de Língua Portuguesa, cujo interesse um relatório do Conselho da Europa, apresentado na já mencionada conferência de Roma, em Novembro, reconheceu, encarecendo o projecto e os efeitos que dele se esperam.

Quanto às relações com o Extremo Oriente, a partir da base que o território de Macau constitui, eu creio que elas não podem ser descuradas pois é nessa área do globo, marcado por um irradiante dinamismo, que se decidem muitos dos tramas essenciais do futuro das sociedades contemporâneas. Ora, por todo o lado, em graus variáveis, encontramos um campo de labor a prospectar e a amanhar para benefício de Portugal e das outras partes envolvidas. O universalismo próprio do nosso modo de estar no mundo e conatural ao espírito universitário há-de ser, neste caso, utilizado com realismo em prol da ciência e do serviço das comunidades que integramos.

Relativamente ao CASES, isto é, ao Conselho de Acção Social Escolar, a nota saliente da sua actividade, desde que a presidência passou para a Universidade do Porto, liga-se com a composição que ostenta. Até há pouco, ele compunha-se apenas de reitores e vice-presidentes dos serviços sociais. Desde este ano, integram-no também representantes dos estudantes, conforme a orientação traçada pelo Ministério. Ora, como todas as partes e o Senhor Ministro reconhecem, independente de diferenças de perspectiva e de preocupações dos vários corpos, o trabalho do conselho foi marcado pelo encontro de amplos consensos sobre matérias delicadas e, fora de dúvida, polémicas. Não pode, portanto, deixar de se reconhecer que as unanimidades aí registadas derivam, afinal, de uma abordagem realista e serena dos problemas, facto que, que ao fim e ao cabo, traduz mais um êxito da participação nas universidades portuguesas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Passando, agora, à Universidade do Porto propriamente dita, observarei que, no último ano, ela assistiu à organização da Faculdade de Arquitectura, pôs a funcionar o seu Conselho de Investigação, reforçando com meios próprios as verbas destinadas à pesquisa, e estudou um conjunto de contratos com o sector público e privado, cuja assinatura só por razões de circunstância ainda não se fez.

do orçamento universitário. O orçamento previsto para 1985 queda-se à quem da taxa inflacionária, razão por que interessa utilizá-lo com rigor e independência. Mesmo sem autonomia financeira, julgamos não ser correcto que as universidades, uma vez estabelecida a verba que lhes é afectada, fiquem impossibilitadas de a utilizar à luz de critérios seus naturalmente sujeitos à fiscalização do Estado. Urge que possamos arrecadar e destinar os dinheiros que advêm do nosso labor e das somas que a Fazenda nos distribui. Em nenhum caso parece aceitável que, segundo critérios de mera burocracia e oportunidade, sectores técnicos do aparelho estadual venham questionar opções propostas pelos reitores e caucionadas pelo nosso ministério, ou seja, por quem os corpos universitários e os cidadãos escolheram para governar, respectivamente, a universidade e a educação. Fazendo apelo ao bom governo, quero crer que o futuro, em termos de controlos burocráticos, será menos impeditivo, menos atentório das operações de fomento.

Se se aceita a fiscalização, não se aceitam os empecilhos contabilísticos do trabalho universitário, pois, como o Conselho da Europa e todos os peritos clamam, dele depende, em boa parte, o progresso e a inovação. Investimentos universitários aparentemente caros são, afinal, uma fonte de receita e de dinamização. Oxalá, por isso, diplomas como os respeitantes ao Centro de Cálculo, ao Centro de Metalurgia e Ciência dos Materiais e ao BIGAUP (Biblioteca e Arquivo Geral da Universidade do Porto) deixem de cirandar, como acontece há anos, entre a Educação, a Reforma Administrativa e as Finanças, para desempenharem, na íntegra, a função a que se destinam.

De resto, não chegam as instalações, nem tão pouco as estruturas legais, se se não dignificar o munus universitário e os que gerem as escolas. Correram cinco anos desde que uma lei determinou que os lugares de presidente dos Conselhos Científicos, Pedagógicos e Directivos das Faculdades eram remunerados. Paga-se já aos gestores do ensino secundário, adia-se, sucessivamente, a resolução do nosso problema mau grado o voto de sucessivos responsáveis pelo Ensino Superior. Mas pior que esta é a questão da desactualização e insuficiência dos vencimentos universitários. Lembro que são bem inferiores aos da generalidade dos países europeus e, de modo gritante, inferiores aos que se praticam nos países da C.E.E., mesmo contando com as diferenças de nível de vida. Para não perder a colaboração dos melhores da nova geração e não desanimar os que actualmente vivificam as Faculdades deve cuidar-se, em globo, da remuneração dos professores. E não se diga que se trata de uma reivindicação corporativa; abundam as petições deste género, mas não é entre os universitários que elas agora dominam.

Sabemos que a questão dos ordenados, como a questão do aumento substancial do subsídio de exclusividade e, bem assim, o problema da sua definição em termos de docência plena, são presentemente, objecto de análise na Secretaria de Estado do Ensino Superior. Permitto-me notar que o Executivo, no seu conjunto, não pode protelar indefinidamente este assunto e, bem assim o das remunerações dos órgãos de gestão das universidades e suas escolas quando se assiste à outorga de chorudas remunerações aos responsáveis de institutos que não têm, nem pretendem ter, cunho universitário.

O aparecimento, recente, de alguns diplomas atinentes ao ensino superior, leva-me a acalentar esperanças quanto à resolução dos pontos candentes que acabo de referir. São, na verdade, próximas e a meu ver oportunas, as medidas de racionalização e controlo das entradas na universidade e a legislação que confere competências próprias aos reitores. O decreto-lei a que me reporto dinamiza a capacidade de governar dos reitores, autonomiza-os em relação à Direcção-Geral do Ensino Superior e ao próprio ministro, com inegável vantagem. Trata-se de um documento importante pelos poderes que cede, como também pelo compromisso assumido pelo

Para já, entretecemos contactos com o Ministério da Indústria, com a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, com a Comissão de Coordenação da Região Norte, com o INESC e com diversas Universidades portuguesas no intuito de activar a marcha da investigação aplicada no seio da Universidade e de vivificar as nossas actividades tradicionais.

Por outro lado, julgamos que 1985 será o ano da institucionalização de uma relação orgânica entre a Universidade do Porto e a sociedade nortenha a que pertence. Em Conselho para o efeito constituído, estabelecer-se-á um diálogo profícuo entre as forças sociais e as estruturas universitárias de modo a descobrir caminhos de desenvolvimento e processos de fomento úteis a ambas as partes.

As acções em curso, como os projectos que acalentamos, correspondem ao fervilhar de iniciativas que, da base universitária, isto é, dos departamentos e das secções, chegam à Reitoria e que esta, daqui para o futuro, quer apoiar servindo-se do Conselho de Investigação (C.I.) este ano estabelecido de acordo com o Conselho Científico da Universidade.

Integrado por uma plêiade de professores e cientistas, o C.I. revelou grande operacionalidade e o rigor de critérios esperado na distribuição das verbas para a pesquisa. Quero agradecer publicamente ao Senhor Professor Daniel Serrão, seu vice-presidente e aos demais professores do Conselho, o bom trabalho produzido em condições difíceis, como ainda as sugestões de melhoria do órgão que a reitoria gostosamente implementará.

Quanto à Faculdade de Arquitectura, se é certo que a sua Comissão Instaladora de há um ano a esta parte operou intensamente, viabilizando a próxima abertura das aulas, não é menos certo que a actividade conjugada dos Ministério da Educação e do Equipamento Social tornou possível a aquisição de um edifício próprio para a nova escola e ainda dos terrenos onde ficarão as instalações definitivas. O tipo de colaboração que aqui se desenhou, com intervenção directa do Ministro Rosado Correia, deve servir de exemplo e base para a resolução de prementes carências noutras áreas.

Com efeito, a par da deficiência das verbas destinadas ao reapetrechamento científico da Universidade, importante é não adiar a planificação e construção dos edifícios para as escolas e faculdades mal alojadas.

O ISEF habita, desde sempre, em quatro pontos diferentes e distantes da cidade. Provisórios são os edifícios de Biomédicas, Psicologia e Nutricionismo. Já insuficientes mostram-se as instalações de Medicina, onde, por exemplo, a biblioteca extravaza para os corredores e onde, há laboratórios exíguos e laboratórios mal alojados. As Ciências estalam neste agosto casarão há pouco restaurado, descobrindo-se serviços importantes em recantos acanhados. Trabalham os engenheiros, tanto na antiga Faculdade, como nas casas decrépitas de um extinto colégio. Considerada em situação crítica, a Faculdade de Letras, centro de formação da esmagadora maioria dos professores da região, acotovela algumas dezenas de doutores e milhares de alunos num edifício degradado pelo excesso de ocupação.

Há muito enviamos para as instâncias competentes o que a Universidade logrou fazer para dimensionar e melhorar as suas instalações e sobretudo para obstar a que ocorram rupturas. Estamos a responder aos pedidos da Comissão incumbida de inventariar e estudar a política a prazo de construções universitárias. Não julgamos concebível que se atrasem os projectos do ISEF e das Letras, parece-nos imprescindível incentivar os delineamentos do Polo 3, responder a algumas exigências dos departamentos da Faculdade de Ciências, lançar o plano do Polo 2, até para enquadrar as perspectivas globais que a Faculdade de Engenharia agora defende sobre as suas instalações, na sequência de antigos anseios, cada vez mais prementes.

Não ignoramos que vivemos em tempo de austeridade, mas há coisas inadiáveis. Uma delas diz respeito à remodelação das nossas instalações, outra à forma como se faz a gestão

governo de em breve depôr na Assembleia da República um projecto-lei sobre a autonomia universitária.

Decerto quase tão importante como a legislação evocada, mas de mais imediata incidência, há-de ser a anunciada lei que reverá o processo de entrada na Universidade.

O actual sistema de acesso ao ensino superior esgotou as virtualidades que os seus autores lhe reconheciam. Hoje, a esmagadora maioria dos cidadãos e dos responsáveis pensa que importa encontrar uma solução idónea para o problema. Convém estabelecer a tendo em conta as reclamações dos estudantes e das famílias, a situação no ensino secundário e os interesses próprios do ensino superior. Este último parâmetro explica-se, pois trata-se de escolha dos candidatos para um ramo da instrução que não pode nem deve alhear-se da escolha dos seus alunos.

Com condições para melhor se governar e em vésperas de se assistir à implementação de novas regras de ingresso dos estudantes no magistério superior, este continua a ser um sector mal pago e ainda assim com uma independência limitada, mau grado a Constituição atribuir às universidades autonomia científica e pedagógica, administrativa e financeira que o governo pretende outorgar-lhe, ouvido o Conselho de Reitores, pela mão dos deputados. Pensamos, todavia, que não basta enunciar as regras da autonomia, entregar à Universidade poderes que hoje são do governo e no seu seio formar colegialmente as directrizes, elegendo quem as deve aplicar, nem tão pouco simplificar os trâmites administrativos à luz de critérios inovadores.

Para que em Portugal a autonomia não soçobre às mãos da burocracia e de velhos demónios tutelares filhos da tradição, importa, não só substituir a rotina administrativa pelo espírito de gestão na condução do ensino, da investigação e do serviço à comunidade, mas também, em cada dia, velar pela existência de um bom ambiente no mundo universitário.

Qualquer instituição de ensino superior para se afirmar como agente equilibrado do progresso, centrado na valorização da pessoa humana, deve propiciar um clima feito de ilusão colectiva e de emulação, susceptível de entusiasmar professores e investigadores. Adverso às lutas intestinas, favorável à coordenação, à solidariedade e à participação construtiva na gestão, tal clima traduzir-se-á na tranquilidade indispensável à criatividade, na consciência de que todos os contributos que enriquecem a ciência e a cultura são bem recebidos, pois o prestígio científico assenta no trabalho diário.

A gestão eficaz, como o bom ambiente, dependem muito da actividade dos responsáveis. Nos dias em que vivemos, as universidades carecem de gestores competentes e aptos a transmitir à comunidade universitária a força das suas convicções, dos seus planos e das suas análises.

Estas assentarão numa visão realista sobre a instituição, sobre o mundo que a cerca, sobre os meios de que dispõe, sobre os problemas que enfrenta, sobre o papel que o futuro lhe reserva.

Em grau variável, conforme os países e os sistemas sociais, organismos vários de ensino e de pesquisa concorrem com a universidade; em muitos casos existem atrasos evidentes na teoria e na técnica de orientação dos estabelecimentos universitários, a ponto de se ignorarem preceitos correntes na gerência de organismos e empresas, tanto públicas, como privadas.

A laboração do ensino superior está ainda sujeita a pressões internas e externas resultantes da perplexidade quanto ao modo como um organismo deveras oneroso executa as missões que lhe incumbem, pois nem sempre a sua consecução é clara, desanuviada, linear.

Entre os críticos da actividade universitária, há quem investigue se o seu grau de inventiva e de inovação acompanha o ritmo das transformações sociais e as exigências dela decorrentes. Pergunta-se se as universidades formam indivíduos capazes de ter uma inserção social criadora. Teme-se que os docentes esqueçam os reflexos práticos ou a utilidade dos cursos e investigações que levam a cabo. Admite-se que as vantagens do relacionamento com entidades interessadas no trabalho universitário não é suficientemente ponderado e aproveitado. Questiona-se, enfim, a forma como são conduzidos os negócios da instituição por falta de mentalidade gestonária, de indefinição de planeamento, substituídas muitas vezes por opções de cunho pessoal ou de grupo, isto numa época de crise em que se impõe otimizar os recursos disponíveis, procurar novas fontes de receita e de inspiração, em nome do interesse comum.

Eis por que, repito, a universidade deve analisar o seu papel por razões políticas e sociológicas, as suas operações por motivos económicos, numa palavra, reflectir sistematicamente sobre o seu papel, as suas actividades e as suas orientações.

A esta luz terá de se ordenar como uma empresa, identificará e hierarquizará os seus objectivos, procedendo a uma gestão criadora que lhe possibilite transmitir tipos de método que se apliquem ao progresso da nação e não apenas meros conhecimentos, produzidos em série crescente e variada, como numa fábrica.

Para alcançar tais metas, interessa-lhe, decerto, formar um corpo docente cuja actividade extravaze o círculo do magistério e da pesquisa meramente “académica”, sem de nenhum modo a descurar nas disciplinas básicas. Constituirão esse corpo professores polivalentes, destros nas tarefas fundamentais que à universidade incumbem, mas apostados quanto possível em valorizar o seu múnus através da cooperação entre os centros universitários, o Estado, a administração e a indústria. Assim vivificarão o labor quotidiano através do conhecimento dos problemas que à comunidade se põem e das realidades e técnicas de ponta que moldam a vida económica, beneficiando os que a esses centros recorrem das capacidades que os abonem.

Quer dizer, em actividades do género agora descrito, lucra a universidade enquanto fulcro de ensino e de investigação, lucra o Estado e o sector privado, graças ao recurso a um centro de altas competências.

Finalmente, os beneficiários maiores deste processo acabam por ser os discentes universitários que de meros receptáculos de conhecimentos que uma vez repletos ganham um diploma, se voltam em indivíduos em contacto já com os sectores onde um dia exercerão a sua actividade, já com as transformações que aí se verificam, já com os métodos e as técnicas que aí se adoptam, sob a égide de docentes que, para mais, se dedicam à investigação livre e ao magistério qualificado.

Esses estudantes escolherão uma universidade pela qualidade que lhe reconhecem, tendo em conta a trajectória existencial que tencionam percorrer, e não por motivos circunstanciais ou de proximidade geográfica.

Ora, a gestão do poder na universidade autónoma, não pode ignorar estas realidades sob pena de se perverter, os seus responsáveis deverão possuir uma perspectiva de conjunto, provisional e estruturado sobre a instituição, entrevista do ponto de vista nacional e internacional, a fim de lhe imprimir uma vivência inovadora, assente em estruturas maleáveis, propícia à essencial transmissão, aprofundamento e criação de conhecimentos, fonte de inspiração para a sociedade, motor de progresso próprio a formar indivíduos “simultaneamente humanos, competentes e eficazes, prontos a dar, dignos de receber e dispostos a lutar para além do seu saber académico e profissional”.

Documento n.º 4**Discurso da abertura solene das aulas (1985 - 1986)***Alocução do Reitor**Prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos*

Ao abrir, nos meados de Outubro, o ano lectivo quis a Universidade do Porto que a data coincidisse com o início efectivo dos trabalhos académicos nas várias Escolas, facto que significa apego ao labor e testemunho de respeito pelas tarefas que nos incumbem.

Com a sua participação honram-nos os reitores e vice-reitores de diversas universidades. Saúdo com amizade e sincera admiração Vossas Excelências. Sobremaneira regozijame a presença de uma qualificada representação dos corpos universitários e também das forças vivas da cidade, às quais rendo graças pela consideração que nos testemunham. Porque o acto ocorre em fim de mandato reitoral, aproveito o ensejo para dizer do meu acrescido respeito por esta Universidade, pelos mestres que a enobrecem, pelos alunos que a vivificam, pelos funcionários que a servem e por quantos, na cidade, connosco, desde sempre, entretecem laços de proficua cooperação e que tão própria é do burgo portuense.

Se na Universidade sedeiam honradas tradições, por sua natureza ela constitui lugar de inovação, de reflexão crítica e de transmissão do saber, conforme sucessivas revoadas de estudantes pedem à criatividade dos professores. Isso mesmo resultará, certamente, da lição que hoje pronuncia um mestre de Engenharia a quem a Universidade deve por serviços omnímodos na docência, na pesquisa tecnológica, na gestão. Aceite, Senhor Professor Maia e Costa, protestos meus de estima e alta consideração pelo seu dinamismo e reconhecida competência.

Pela minha parte, analisando o que se passou nos meses precedentes, verifico o seguinte: vieram a lume algumas decisões e alguns instrumentos indispensáveis à correcta valorização do múnus universitário, mas alguns escolhos de vulto ericam o caminho da instituição e exigem medidas de pronto removimento.

Após continuadas diligências, temos agora o diploma que regula o funcionamento do Centro de Informática da Universidade do Porto (CIUP) e ordena o respectivo quadro. Foi possível, em 1982, dotar a Universidade com o computador de grande potência que o garante, a fim de acompanhar o ritmo do progresso tecnológico e científico. Ouvido o Conselho Científico da Universidade, e no cumprimento das suas indicações e da lei, constituiu-se a direcção do CIUP e quem cabe uma relevante tarefa na informatização da Universidade. Espero que esta aconteça em bom ritmo, beneficiando os seus directores do indispensável apoio do respectivo Conselho de Utentes, onde estão representadas as Escolas.

Funcionou, pela primeira vez, no ano lectivo transacto, a licenciatura em Arquitectura, numa casa para o efeito adquirida, mediante os bons officios do Ministério do Equipamento Social. Correm obras nas suas instalações. Trata-se já do projecto do edificio da nóvel faculdade a erguer em terrenos confinantes com o actual, o qual está envolvido por denso arborado e agradáveis jardins, cujo resguardo se impõe.

Após anónimas batalhas, idênticas às travadas por outras universidades, o Governo aprovou o quadro dos Serviços Sociais, reclamado desde 1980. O seu aparecimento devia ter ocorrido quatro meses depois da entrada em vigor do decreto-lei que nesse ano os estabeleceu. Assim, se concretizou uma premente necessidade e um justo anseio de quantos aí labutam, circunstância que, espero, há-de contribuir para melhorar o rendimento dessa tão prestante, quanto polémica estrutura. Pela sua natureza e situação, o afeiçoamento dos Serviços Sociais pede afinado zelo e escrupuloso exame da parte dos seus dirigentes. Mas a

actuação dos responsáveis só resultará se se desenvolver com o apoio dos utentes e a colaboração do funcionalismo, conforme o Reitor deseja.

Pelo menos desde o anterior reitorado, procurou a Universidade cuidar dos monumentos que atestam o seu passado e das espécies bibliográficas que alicerçam, ou alicerçaram, a sua laboração intelectual, tanto mais que só em depósito da Reitoria existem dezenas de milhar de volumes, generosamente legados pelo Dr. Pedro Veiga, de incontestável utilidade para estudantes e professores.

A todos parecia útil que a tão importante acervo pudessem recorrer os estudiosos, quando é certo que a Biblioteca Pública Municipal tem estado em obras e fica em zona da cidade bem distante daquela em que funcionam as faculdades mais interessadas no seu opulento recheio.

Eis por que, neste princípio de Outubro, soubemos, enfim, da criação da BIGAUP, nos termos de um diploma não tão ambicioso quanto a Universidade desejava, mas que permite viabilizar a Biblioteca e o Arquivo Geral da Universidade do Porto. Estamos já a cuidar da sua estruturação. Esperamos que a BIGAUP comece a funcionar no início de 1986, em instalações existentes no complexo da Reitoria.

Nessa altura, creio, já será pertença da Universidade do Porto a Escola Superior de Medicina Dentária, pois terminou com êxito o processo negocial que serviu de suporte à integração, por ambas as partes desejada. Este acontecimento acentua o ecletismo e a polivalência singular da Universidade do Porto no quadro do ensino superior português.

A par do funcionamento de diversos cursos de mestrado, de notório alcance reveste-se, em termos de ampliação das perspectivas de ensino e investigação, a criação das licenciaturas em Sociologia na Faculdade de Letras e em Matemática Aplicada na Faculdade de Ciências, licenciaturas que vão ao encontro de carências diversificadas nos domínios das ciências sociais e da computação.

Ainda não é desta vez que o Reitor pode anunciar a erecção do curso de Ciências Jurídicas, muito embora também ele responda a urgências da região e a um desejo expresso da Universidade, cuja concretização não deixa de se vislumbrar.

Do ponto de vista das mudanças estruturais, que tão necessárias são na Universidade, a experiência menos conhecida, mas decerto importantíssima, é a que decorre na Faculdade de Medicina. Aí se instituiu um primeiro departamento realmente institucionalizado, o Departamento de Medicina Interna, cuja existência paradigmática aquela Escola segue com prestante atenção e cujo exemplo deve concertiza atrair outras Faculdades.

Para atender a carência por demais conhecida, acreditamos na vantagem de se dispensar nítido apoio à investigação, sob o controlo da Universidade. À luz desta orientação, a Reitoria não só defendeu que o Ministério continuasse a dotar as Faculdades com meios para esse fim, como, de novo, este ano, resolveu reforçar esses fundos com verbas do seu orçamento, fazendo-se a escolha dos projectos através do Conselho de Investigação antes criado, facto que tem permitido o florescimento de uma política de pesquisa concertada e não apenas casuística.

Com o mesmo intuito, ou seja, para valorizar a indagação científica, procuramos dar apoio às iniciativas, protagonizadas por professores, que visam ligar a investigação aos sectores público e privado, quer através da celebração de convénios com Ministérios e outras entidades, como, por exemplo, o LNETI, quer através da adesão a instituições com essa vocação. Os acordos estabelecidos com os Ministérios da Indústria e das Comunicações, com as Secretarias de Estado do Emprego, do Urbanismo e da Habitação, com o INESC, testemunham, v.g., o apego a tal directriz que registará novos desenvolvimentos a curto prazo. Impõe-se que, sem perda da sua identidade, antes para defender as componentes de pesquisa e inventiva, apanágio da universidade, esta procure colher fundos, experiência e

encomendas em áreas exteriores ao Ministério da Educação, como bem acontece, um pouco por todo o lado, na Europa e no Mundo.

No período em que desempenhei as funções de Reitor, coube-me a presidência do CASES e do Conselho de Reitores, durante dois anos. Quanto ao CRUP, supremo órgão das Universidades, esse prazo cumpriu-se em Junho. Conforme os ilustres reitores que têm assento no Conselho quiseram sublinhar, durante o exercício da Universidade do Porto, a presidência contribuiu para o desenvolvimento da cooperação e entendimento recíproco entre as universidades portuguesas e esforçou-se por implementar a mesma política nas relações com a comunidade científica internacional, dando relevo aos países de língua portuguesa. Nessa linha, como no Bureau da Conferência de Reitores Europeus e no Conselho da Europa, foram em especial defendidas as acções que facilitam a nossa articulação com a Europa. Fui expressamente convidado pela CEPES para integrar a delegação das universidades filiadas na CRE que, em Viena, no passado mês de Maio, estudou as perspectivas de cooperação e relacionamento com as universidades do Leste Europeu. Por incumbência do Presidente da CRE, cabe ao membro português do Bureau supervisionar o projecto da história das universidades europeias que, com a colaboração dos maiores especialistas europeus, aquela organização está a realizar. Por sua vez, no Conselho da Europa e junto das Universidades de Compostela e de Bordéus procurou-se concretizar um conjunto de acções, no âmbito dos programas a realizar por universidades fronteiriças.

Gostaria de ter feito mais no desempenho das funções que exerci e sobretudo gostaria de saber que o diploma sobre a autonomia universitária a breve trecho constaria da agenda do Parlamento que elegemos. Como é sabido, o CRUP preparou, para uso do governo e a pedido deste, um projecto que o Executivo, depois de sopesar e naturalmente acepillar, provavelmente remeteria à Assembleia da República. A eclosão da crise política determinou atrasos lamentáveis que agora convém ultrapassar. Entretanto, o documento mereceu críticas e comentários de diversa índole e préstimo. Independentemente dos juízos a seu respeito formulados, ele responde à necessidade de regular um ditame constitucional, qual é a autonomia das universidades. Demais, se olharmos os corolários da mesma autonomia expressos na autorizada revista CRE – Information, chegamos, sem dificuldade, à conclusão seguinte: a proposta do CRUP contempla esses corolários na sua esmagadora maioria. Isso mesmo tive ocasião de explicar em comunicação, já publicada em Genebra, lida em recente reunião do Conselho da Europa que congregou universitários e parlamentares dos países ibéricos e latino-americanos. A menos que por autonomia se entenda independência, o que, a meu ver, se pode dizer é que o diploma do CRUP define a autonomia em termos amplos e que essa autonomia deve articular-se, por um lado, com os superiores interesses do Estado, por outro, com a especificidade da realidade universitária pré-existente, pressupostos a que também o CRUP adere e ao legislador compete precisar no uso das prerrogativas que só a ele pertencem, depois de larga audição das partes em causa.

Finalmente, nesta intervenção que pretendo breve, quero lembrar que, de acordo com planos urdidos pela Universidade, em conjugação com os Ministérios do Equipamento Social e da Educação, prosseguem os estudos sobre o Polo 3 e também a respeito do Polo 2, trabalha-se na concepção das futuras instalações do Centro de Informática, conhece-se já a fisionomia do excelente projecto do ISEF, ou seja, do Instituto Superior de Educação Física, a edificar frente à Faculdade de Economia. Possível foi dotar a Reitoria com este auditório, pois a Universidade do Porto era a única, entre as grandes universidades, que não dispunha de sala própria para actos grandes, colóquios e manifestações artísticas, amiúde recorrendo a espaços de outras entidades.

Vários agrupamentos corais e cénicos de estudantes e antigos estudantes vêm, de há

decénios a esta parte, animando a vida da nossa universidade. Dentro das suas possibilidades, a Reitoria tem apoiado as suas iniciativas por as considerar uma faceta impressiva do mundo académico, a exemplo das Associações de Estudantes. Para facilitar e dignificar o trabalho daqueles agrupamentos, procedeu-se, no essencial, ao restauro do edifício onde o Teatro Universitário do Porto actuava e nos anexos do mesmo edifício (que há intenção de apetrechar convenientemente) ficarão instalados os organismos circum-escolares, porque também os anexos foram objecto de indispensáveis reparos e beneficiações.

Seja qual for a política que entidades extra-universitárias venham a conduzir em matéria de alojamento para estudantes, pela nossa parte, estamos a adaptar a residência universitária um grande imóvel na Rua Aníbal Cunha, cedido pelo actual Ministro da Educação. Ao mesmo tempo, pedimos, durante o Verão, o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian já para apetrechar o mesmo edifício, já para construir um novo e moderno conjunto residencial, cujo projecto apresentamos, por julgar que uma e outra iniciativa estão de acordo com a política por aquela benemérita e esclarecida Fundação prosseguida no tocante às relações com países de expressão oficial portuguesa.

Entre as dificuldades maiores com que se debate a Universidade avulta mais de um atraso na política governamental de obras, que a custo deciframos. Se é certo que o Ministério da Educação afirma que a breve prazo removerá os problemas suscitados quanto aos projectos que no PIDDAC da Universidade e Ciências, já o mesmo desanuviamento se não verifica na Secretaria de Estado das Obras Públicas quanto a situações que dizem respeito às Faculdades de Letras e de Engenharia. Aquele departamento mostra-se incapaz de resolver o problema da conclusão das obras do edifício do Parcauto, anexo à Faculdade de Engenharia. Decisões políticas recentes continuam a atrasar o processo, apesar de sucessivos avisos e diligências dos serviços locais do MES, da Faculdade de Engenharia, da Reitoria, dos estudantes, veiculados pelo Ministério da Educação, ou directamente formulados. Em nome da uniformidade e da transparência processual, ignora-se a conjuntura naquela escola e põem-se ainda entraves à autorização do contrato para a elaboração do projecto do edifício da Faculdade de Letras, uma escola considerada em estado crítico. Tais situações e a prementíssima necessidade de obras que se verifica em velhos alojamentos da Faculdade de Engenharia afligem séria e dolorosamente o Reitor, toldam o ambiente nesta prestigiada Universidade, constituem um quadro que leva o seu representante máximo a solidarizar-se com as escolas afectadas. Da análise da situação há, todavia, que extrair, mesmo antes das eleições reitorais, as ilações que a pertinência dos objectivos em causa, o respeito pela instituição e a dignidade do múnus, sem dúvida, exigem

A negatividade destas perspectivas não afasta a Universidade da clara e empenhada defesa dos seus interesses, não a arreda dos seus projectos em matéria de ensino e investigação e no domínio das relações a tecer com a comunidade. Tão pouco deve obliterar o clima de estabilidade, pacificação e activa normalidade ultimamente apanágio da instituição. Este desiderato, nem sempre fácil, verificou-se graças à cooperação que comumente foi possível tecer entre os vários corpos da universidade e que ainda subsiste. Por isso principiam as actividades escolares e, a breve trecho, será escolhido novo Reitor. Pensando no futuro, em todas as frentes, vamos trabalhar, como é lema da cidade.